

LEGH NA WEB: REFLETINDO SOBRE MÍDIAS DIGITAIS A PARTIR DE UMA DE PRODUÇÃO HISTORIOGRAFICA ENGAJADA

LEGH ON THE WEB: REFLECTING ON DIGITAL MEDIA FROM AN ENGAGED HISTORIOGRAPHICAL PRODUCTION

Claudia Regina Nichnig¹

Resumo: A produção e a divulgação de mídias digitais fruto de projetos de pesquisa realizados no âmbito do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC são analisadas como uma prática de História Pública Digital engajada. Através de uma perspectiva dos estudos de gênero, feministas e decoloniais a produção de mídias digitais veiculadas na web é percebida como uma prática historiográfica, divulgada através do site, do canal do youtube e das redes sociais do laboratório. A partir do web-documentário “Encontros Feministas” que integra a pesquisa “Mulheres de Luta, esta e outras produções são consideradas aliadas no ensino e pesquisa em História, com fundamento nos direitos humanos e nas perspectivas críticas dos estudos de gênero, feministas, antirracistas e anticoloniais.

Palavras-chave: História Pública Digital; Estudos de Gênero; Mídias digitais engajadas.

Abstract: The production and dissemination of digital media resulting from research projects carried out within the scope of the UFSC Gender and History Studies Laboratory are analyzed as an engaged Digital Public History practice. Through a perspective of gender, feminist and decolonial studies, the production of digital media broadcast on the web is perceived as a historiographic practice, disseminated through the laboratory's website, YouTube channel and social networks. Based on the web-documentary “Encontros Feministas” which is part of the research “Mulheres de Luta”, this and other productions are considered allies in teaching and research in History, based on human rights and the critical perspectives of gender, feminist, anti-racist studies and anti-colonial.

Keywords: Digital Public History; Gender Studies; Engaged digital media.

¹ Claudia Regina Nichnig. Doutora em História do Tempo Presente, PPGH-UDESC. Pós-doutoranda no Laboratório de Estudos de Gênero e História e do Programa de Pós-Graduação em História, UFSC. <https://lattes.cnpq.br/7664408692666022>. <https://orcid.org/0000-0002-9689-8112>. Pós-doutoranda do PPGH/UFSC/Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC. claudianichnig@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A publicação da Lei 14.986, em setembro de 2024, em âmbito federal, foi motivo de comemoração. Mesmo que não traduza especificamente uma perspectiva de gênero e feminista para o ensino e, não tenha sido proposta a partir de uma demanda dos movimentos de mulheres e feministas brasileiros, a legislação traz consigo um leque de possibilidades para a produção de materiais didáticos, impulsionando a formação de professoras e professoras para a História das Mulheres. Da mesma forma, a legislação não deixou expresso que visa contemplar a perspectiva crítica dos estudos de gênero, feministas e decoloniais. Ao implementar a “obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio”, bem como incluir a “Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História” no âmbito das escolas de educação básica do país, apesar de não ter uma perspectiva crítica ou especificar o embasamento nas epistemologias feministas, de gênero e decoloniais, possibilita a utilização da discussão a partir destas perspectivas.

Neste artigo discuto como a produção e a divulgação de mídias digitais, fruto de projetos de pesquisa realizados no âmbito do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC - LEGH, são práticas de História Pública Digital, os quais utilizam as perspectivas dos estudos de gênero, feministas e decoloniais². O artigo contribui apresentando como as produções do LEGH são práticas de História Pública Digital, que contribuem tanto para o estudo da História das Mulheres como para o Ensino de História, que contemple as perspectivas de uma Educação para os Direitos Humanos e os Estudos de Gênero e Decoloniais. O objetivo principal é problematizar que, se a internet também não é um espaço neutro e livre de violências, diante disso há uma necessidade de enfrentá-las, buscando desconstruir violências e estereótipos que desumanizem ou discriminem as pessoas. As contribuições do Laboratório refletindo de que forma podemos usar e estar na internet em segurança, contribui para o debate dos estudos de gênero e das mídias digitais, que além daquilo que se produz para fins didáticos, também é um espaço de sociabilidade no mundo online. Desta forma, meninas, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ possam estar e atuar de forma segura, sendo respeitadas com dignidade, considerando as subjetividades plurais e suas formas de ser e estar em sociedade, nas suas relações presenciais ou no espaço da web.

A relação com a História Pública Digital e o Ensino de História é possível, pois abordar nas escolas as opressões de gênero, demonstrando como as mulheres e as populações LGBTQIAPN+ são

² Este projeto foi desenvolvido junto aos projetos “Internet segura com perspectiva crítica de gênero”, processo no 2023TR285 e (a partir de 01/12/2024) e “Misoginia: gênero emoções e política nas redes de mídias sociais no Brasil contemporâneo”, 2024TR002221, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC).

as principais vítimas de violências, desigualdades e preconceitos, é possível desde que estas discussões adentrem o espaço escolar e sejam tematizadas nos currículos escolares. Para isso, é preciso que tenham previsão legal e curricular e, ainda, que seja impulsionada uma perspectiva crítica, que visualize que as violências e opressões não são naturais e socialmente aceitas. Desta forma, o enfrentamento as violências deva e possa ser um tema a ser abordado, por exemplo, considerando o contexto histórico e de que forma as desigualdades são naturalizadas ou permanecessem expressas em comportamentos e práticas. As legislações vigentes que determinam o estudo e abordagem destes temas nos currículos escolares são possibilidades para abordar estes debates, buscando extinguir as violências, discriminações e preconceitos, ainda que o debate e os estudos no âmbito da escola não acarretem uma mudança de forma automática. A perspectiva da Educação para os Direitos Humanos e a valorização do protagonismo das mulheres na História, possibilita inúmeras abordagens, não só como como participaram e estão presentes na História, mas como foram resistentes as diversas formas de violências que foram submetidas em suas famílias e nas relações afetivas e conjugais.

Para problematizar o modo como é possível incluir as “experiências e perspectivas feministas nos conteúdos curriculares” a proposta é trazer os exemplos dos materiais didáticos digitais já realizados e disponibilizados de forma aberta pelo Laboratório dos Estudos de Gênero e História da UFSC. Ao realizar esta conexão com a lei recentemente implementada e a produção disponibilizada pelo LEGH que são importantes material didático, a não significa necessariamente que serão tratadas questões como o enfrentamento as desigualdades, as violências e as opressões de gênero. É preciso estar atenta para o modo como este ensino será enfrentado, com a busca da desnaturalização das desigualdades e um efetivo enfrentamento das violências. Pensar que a escola pode e deve ser um local para o debate dos estudos de gênero, com uma perspectiva antirracista e anticolonial, um espaço profícuo em tempos de negacionismos e misógina.

O LEGH E AS MÍDIAS DIGITAIS: UMA PRODUÇÃO ENGAJADA

O Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) utiliza mídias digitais, como vídeos e podcasts, como materiais didáticos para o ensino de História. Esses conteúdos estão disponíveis no canal do YouTube 'Gênero e História' e no site oficial do laboratório. Inicialmente, o canal divulgava falas e palestras de professoras em eventos. Com o tempo, a produção passou a incluir novos formatos digitais, desenvolvidos como parte de projetos específicos”.

As mídias digitais, como vídeos e podcast, produzidos pelo laboratório dos Estudos de Gênero e História, estão disponibilizados no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina e ainda vinculados no canal do youtube do laboratório. Neste canal, inicialmente se publicizou atividades realizadas pelas professoras vinculadas ao laboratório, como falas e palestras públicas em eventos.

Mas com a realização de projetos que vinculavam a produção de mídias digitais como resultado foi que outros tipos de mídias digitais, produzidas pela equipe do laboratório.

O laboratório tem uma preocupação com a construção de um acervo físico e impresso e a disponibilização deste para a pesquisa de outras pesquisadoras.³ A realização de entrevistas, as quais foram realizadas no âmbito de diferentes pesquisas e após transcritas pelo laboratório e disponibilizadas para pesquisadoras e pesquisadores que tenham interesse nos temas de pesquisa, principalmente os debates de Gênero, História dos Feminismos e Sexualidade, com uma produção de textos escritos, artigos e livros publicados. A criação, o cuidado e a manutenção de um acervo físico foi implementada e continua sendo um projeto importante, mas a este se somou a produção de um arquivo digital disponibilizada no site da própria universidade.

Mas foi a produção de vídeos os quais estão sendo disponibilizados livros e este foi se tornando também um acervo. Como um Principalmente a partir dos projetos “Emoções”, “Internet com perspectiva de Gênero” e “Mulheres de Luta”, a ideia foi produzir vídeos que podem ser usados como material didático no Ensino de História, mas também por professores e professoras da educação básica. A experiência tanto coordenação dos projetos, como na participação e roteirização de vídeos, especialmente do vídeo “Encontros Feministas” do projeto Mulheres de Luta. Desta forma, nossa proposta é pensar nesta produção de uma História Pública Digital engajada, em que os produtos históricos digitais tratam de criticar e desconstruir invisibilidades de narrativas históricas. É importante ressaltar como outras iniciativas como a realizada pelo LEGH, criando um repositório que pode ser utilizado no Ensino de História e outras disciplinas, merecem ser destacadas.

A série de podcasts do projeto “Segundas Feministas”⁴ realizado pelo GT de Gênero da ANPUH é um exemplo de como a mídia digital pode ser um meio útil para levar o conhecimento histórico para um grande público. Embora tenha uma divulgação a partir de um suporte da História e voltada para um público de historiadoras e historiadores, consegue alcançar grandes públicos e tem uma audiência diversificada, tendo em vista a divulgação em plataformas como o spotify e o youtube, bem como o acesso de forma gratuita. Segundas Feministas, como uma iniciativa do GT de Gênero da ANPUH e organizado por professoras com carreiras consolidadas na área dos Estudos de Gênero, tem como meta “compartilhar e divulgar pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismos, de forma acessível e engajada”. É o que se confirma na apresentação do programa na plataforma Spotify e no canal do Youtube da Anpuh, o programa “Segundas Feministas”, assim como as produções do LEGH,

³ Para saber mais sobre a construção deste acervo pelo LEGH ver o artigo de Binah Ire e Janine Gomes da Silva o texto “O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História” no livro Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerdas no Brasil – 1964-1985 (2020).

⁴ O programa está disponível no youtube no canal <https://www.youtube.com/@AnpuhBrasil> e no spotify. Acesso em: 18.12.2024.

objetivam produzir uma história engajada através das mídias digitais, compartilhando pesquisas acadêmicas e experiências de ensino através dos episódios dos podcasts. Vale lembrar também que a produção de vídeos e web-documentários pelo LEGH ao serem disponibilizados e divulgados nas plataformas digitais e gratuitas buscam difundir e compartilhar o conhecimento histórico, ao estarem acessíveis e disponibilizadas pelo suporte da Universidade Federal de Santa Catarina.

A EXPERIÊNCIA COLETIVA DE PRODUÇÃO DE VÍDEO E WEB-DOCUMENTÁRIO

Vinculada ao projeto Mulheres de Luta, coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff, fui responsável pela pesquisa sobre o web-documentário intitulado “Encontros Feministas”⁵. Primeiro vou trazer algumas considerações sobre a temática da pesquisa para a construção do roteiro e, em seguida, discorrer sobre a organização e a escrita do roteiro do vídeo.

Para a compreensão destes encontros é importante tecer algumas considerações sobre o fato de serem importantes espaços formadores de grupos e redes, sejam locais ou nacionais, nos anos de 1970 e 80. Diante de um cenário mundial, em que temáticas feministas globais se entrelaçam com os feminismos locais, pretendo perceber estes encontros como importantes para o processo de identificação destas mulheres como feministas.

Vale lembrar que o projeto “Mulheres de Luta” teve como expectativa buscar as narrativas das mulheres que destoassem desta narrativa “oficial”, que muitas vezes dá visibilidade apenas para as narrativas de mulheres que traçam suas experiências a partir de grandes cidades brasileiras. Desta forma, embora se tenha dado destaque para os chamados encontros fundadores dos feminismos no Brasil, a partir das entrevistas de militantes feministas, como a gaúcha radicada em Santa Catarina, Clair Castilhos, também foram destaque os encontros realizados fora do eixo Rio-São Paulo, como os que ocorreram em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e nos Estados do Nordeste, e ainda em cidades do interior destes Estados.

A perspectiva da pesquisa foi demonstrar como:

(...) encontros feministas não só como importantes espaços para a constituição destas sujeitas, mas que ao conectarem a partir de agendas comuns formaram redes importantes de reivindicação coletiva de mulheres no Brasil. (NICHNIG, 2020, p. 330)

A proposta então foi aliar as narrativas de mulheres através das entrevistas realizadas e cotejá-las com outras fontes históricas, trazendo as especificidades dos encontros regionais e nacionais, os

⁵ Além do roteiro do web-documentário foi publicado o artigo “Criando laços, fazendo redes: os encontros e articulações a partir das narrativas de feministas brasileiras”, publicada na coletânea Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerdas no Brasil – 1964-1985 (2020).

encontros internacionais, bem como as narrativas e emoções a partir de suas memórias sobre os encontros feministas. Também foram enfocadas agendas centrais para os encontros, destacando a importância do trabalho das mulheres, para sua própria autonomia, bem como os direitos das mulheres trabalhadoras. A importância do enfrentamento às violências, como bandeira de luta de muitos dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, se verificou já na década de 1970, na considerada década da Mulher pela Organização das Nações Unidas e segue sendo uma preocupação até os dias de hoje.

Para muitas feministas que foram ouvidas para o projeto (e também foram entrevistadas pelas coordenadoras do LEGH em projetos que correm paralelamente e se conectam) narrar os feminismos no Brasil leva a alguns momentos fundadores, como a narrativa constante sobre um evento considerado fundador, realizado na cidade do Rio de Janeiro, na Associação Brasileira da Imprensa – ABI. A semana de debates intitulada “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” é considerado um encontro histórico, organizado por mulheres como Mariska Ribeiro, Maria Luiza Heilborn, Maria Helena Darci de Oliveira, Elice Muneratto, Kátia Almeida Braga, Branca Moreira Alves, dentre outras. (PEDRO, 2006).

Uma das entrevistadas para o projeto, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, conhecida com Santinha, destacou que a realização deste primeiro encontro no fim de 1975 considerado como “feminista” foi, segundo ela, uma grande ousadia. A memória que Santinha tem deste encontro é que “foi uma coisa linda, linda, porque a gente, tu sabes aqueles encontros onde ninguém é importante? Entendes? Todas nós éramos importantes.” (SANTOS, 2005, p.9) Além da informalidade, para feminista se destacou a não centralidade em uma única pessoa, ou seja, o fato de ser um encontro horizontal, fez com que fosse considerado por ela “um encontro lindo”.

Já tratando dos encontros regionais, foi destaque na pesquisa e no web-documentário o encontro realizado em Santa Catarina. O I Encontro da Mulher Catarinense em Itajaí, em outubro de 1980, contou com a participação de mais de 500 mulheres e tratou de temáticas como o “Trabalho, Saúde e a Mulher na Sociedade”. Já em 1981 foi organizado o II Encontro da Mulher Catarinense, em Chapecó, e teve também com o auxílio da Igreja Católica, o que impossibilitou a discussão de temas importantes que se relacionam ao exercício da sexualidade, como o direito ao aborto, as discussões sobre a contracepção. Apesar de serem consideradas temáticas importantes nas reivindicações do movimento feminista internacional, estes temas não puderam ser abordados pelas brasileiras, pois foram expressamente proibidos pela hierarquia católica (ZUCCO, 2009).

Ainda foram destaques na pesquisa e no web-documentário os encontros realizados nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, ambos no ano de 1981.

Ao se referir aos encontros realizados em diferentes Estados também foram notícias na imprensa feministas, fazendo com que muitas mulheres, a proposta foi focar como a articulação e a participação em grupos e encontros foram formas de fortalecer os movimentos e demonstrar como as demandas coletivas se conectavam. Assim, nesses encontros as temáticas como os direitos relativos ao trabalho, as discussões sobre a maternidade, o exercício da sexualidade e o enfrentamento as violências foram temas comuns aos diferentes encontros realizados neste período no Brasil.

Também se discutias as questões relativas a experiências de vida em conjugalidade e família, como o enfrentamento as violências no âmbito doméstico e familiar e, ainda, o fato de poderem escolher se querem filhos ou não, e, portanto, criar condições para que todas as mulheres tenham acesso aos métodos de contracepção, dentre outros. Assim, é importante destacar como fruto desses encontros a criação, ainda no ano de 1981, do grupo feminista “SOS Mulher”, que apesar de não se encontrar mais em atividade, foi considerado um importante espaço de acolhimento, com o trabalho de atendimento psicológico e jurídico às mulheres vítimas de violência.

É importante destacar que muitos destes primeiros encontros foram realizados no período da transição democrática e com a abertura política, também foram encontros marcado pela intensa articulação política. O propósito de intensificar e incentivar as mulheres, incentivando também para que os partidos atuassem proporcionado incentivo para a participação de mulheres na política partidária, incluindo a formação de mulheres para a atuação na política. Segundo a feminista Clair Castilhos, foi a partir dos encontros que se fizeram “articulações políticas também de poder no maior estilo machista, assim, de conchavo pra cima e pra baixo pra ver quem que assume tal coisa, aquilo e tal” (COELHO, 2018, p.17), o que segundo a feminista também foi uma forma de reforçar relações desiguais de poder, ainda que “as próprias mulheres já denunciavam essas práticas” algumas acabam por reproduzi-las.

Ainda que estes grupos feministas se formavam e se agrupavam durante o período da ditadura e que as mulheres que vivenciaram a luta contra a ditadura, tenham participado da luta armada e da experiência do exílio, estas conexões globais foram importantes para que mulheres brasileiras tenham tido contato com os feminismos a partir destas conexões internacionais. É importante destacar como a ONU impulsionou e fomentou a realização de conferências, eventos e ações. Segundo Cynthia Andersen Sarti, muitas destas mulheres, chegadas do exílio ou não, e que reivindicavam o fim da ditadura, trouxeram questões específicas para a discussão dentro dos movimentos de esquerda. Conforme esta autora, o fato da declaração da ONU permitiu reconhecer a questão da mulher como problema social e proporcionou “a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de

mulheres que passaram a existir abertamente, como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, para citar apenas os de São Paulo” (SARTI, 2004, p. 39).

As narrativas destes elos internacionais aparecem na pesquisa e no web-documentário como foram diversas conexões, não só com as discussões que se faziam no norte global, mas também nos países da África e da América Latina. É importante destacar a importâncias das mulheres exiladas que se descobriram e afirmaram-se feministas no exterior: Itália, França, Inglaterra, Estados Unidos, México, Chile, Venezuela. Muitas destas exiladas retornaram ao Brasil após a Lei da Anistia em 1979, sendo esta experiência importantes para suas memórias feministas. Joana Maria Pedro a partir de uma pesquisa realizada sobre a chamada segunda onda do feminismo, demonstrou como os grupos que se formaram em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e no Acre, uniram-se primeiramente em grupos de consciência/reflexão com objetivo “aumentar a solidariedade entre elas e melhorar a auto-estima” (PEDRO, 2013, p. 245). É a partir da formação destes grupos que podemos buscar informações sobre os primeiros encontros feministas no país.

Também destacam a formação de grupos e a realização de encontros de mulheres latino-americanas, como destaque para os encontros feministas latino-americanos e do caribe, que acontecem em diferentes países desde o ano de 1981⁶. Se os encontros nacionais forma importantes formadores de redes e aproximações de experiências compartilhadas entre as mulheres, os encontros internacionais também foram importantes nesta criação de laços e redes, demonstrando que as questões e pautas dos feminismos brasileiros também eram comuns para as irmãs latino-americanas.

Para a feminista Clair Castilhos a participação no segundo encontro feminista Latino-Americano e do Caribe, em Lima, no ano de 1983, foi um marco, em que se discutia questões como o patriarcado, a saúde e os direitos humanos. Segundo a feminista radicada em Santa Catarina, o ambiente de compartilhamento de experiências de mulheres latino americanas foi uma experiência sem igual, que marcou sua trajetória, principalmente porque a partir dali se formavam redes de afeto e solidariedade. O que se destaca é que nestes encontros internacionais se mesclam agendas globais e locais, oportunizando a criação de redes locais e internacionais em torno de grandes temas ou temáticas específicas, o que resulta no fortalecimento das pessoas e das próprias agendas. Outra questão que é importante destacar que os movimentos e os encontros já estavam problematizando e questionando a pluralidade de mulheres, com ênfase nos debates trazidos por mulheres negras e o movimento feminista negro que se articulava, e ainda as questões trazidas por mulheres lésbicas e

⁶ O primeiro EFLAC ocorreu na cidade de Bogotá, Colômbia, no ano de 1981. Outra importante edição foi a que aconteceu na Argentina, em 1990, que foi lembrado pelas organizadoras do encontro de 2017 pois “hace más de 20 años no se hace un Encuentro en el Cono Sur”. Em novembro de 2017, a décima quarta edição do Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe - EFLAC, aconteceu no Uruguai, na cidade de Montevideo, sendo que da minha participação no encontro escrevi um artigo (NICHNIG, 2018).

mulheres trans, estas últimas impedidas de acessar ainda em muitos espaços de mulheres ou feministas, vem pouco a pouco ocupando um espaço de articulação e luta, o que é mais visível apenas na segunda década do século XXI. O que demonstra por esta discussão é os encontros feministas também são espaços de disputa, ainda que estas disputas acarretem a formação de redes e alianças entre mulheres plurais, mas que muitas delas ainda estão ancoradas no sexo biológico para definir que o seria uma mulher que pode debater ou se encontrar para reivindicar seus direitos, o que demonstra que ainda não é sem debate a inclusão de mulheres trans em encontros de mulheres e/ou feministas⁷. Após sistematizar inúmeras informações importantes sobre os encontros e enfatizar a importância destes para a formação de redes e criação de sentimentos de afetos e conexões, apresento algumas questões que merecem destaque na criação dos roteiros para os episódios.

Como já foi destaque, vou trazer considerações sobre o episódio “Encontros Feministas”, sendo que muitos dos episódios da série “Mulheres Plurais” estão entre os episódios mais acessados da produção em vídeo do LEGH. Mas especificamente para produção do roteiro deste episódio, após destacar quais os principais temas dentre aquelas entrevistas que trataram dos encontros feministas, foi importante identificar quais entrevistas seriam selecionadas para compor o episódio e, a partir das selecionadas, quais trechos de cada entrevista seriam utilizados para tratar de cada tema. Após esta seleção de temas e entrevistas a serem utilizadas, foi pensado quais imagens seriam utilizadas, como parte das imagens das entrevistas gravadas em vídeo, e ainda as fotografias que se relacionavam ao tema abordado e que fazem parte do acervo físico do laboratório. Assim, a conexão entre a narrativa escrita e os vídeos relacionados foram compondo o roteiro do web-documentário e partir daí se escreveu o roteiro, a partir das orientações gerais do projeto. Assim, por se tratar de um projeto coletivo, outros pesquisadores e pesquisadoras atuaram na organização da documentação e seleção de entrevistas realizadas para este projeto e a utilização de outras entrevistas já realizadas pelo laboratório para projetos anteriores. Todas estas informações foram catalogadas e organizadas, como documentos, fotografias, cartazes, periódicos e outros materiais, além da realização de entrevistas, criação de gráficos documentações foram utilizadas, para compor o web-documentário e organização de um roteiro que ajude a contar, por meio da perspectiva de gênero, os eventos ocorridos dentro do recorte temporal.

⁷ Ainda que a maioria das feministas considere a importância e a potência da participação de mulheres trans nos encontros e no ativismo feminista, se considerando como mulheres cisgênero, algumas mulheres reivindicam que o espaço da militância é exclusivo para aquelas que nasceram biologicamente mulheres e são consideradas feministas radicais. Para outras pessoas estas mulheres com comportamento excludente e violento não deveriam nem mesmo ser consideradas feministas, já que por se tratar de movimento plural, abarca muitos modos de ser e todas as pessoas que reivindicam a igualdade e a não violência poderia e deveria ser incluídas e não impedidas de participar.

POR UMA PRODUÇÃO HISTORIOGRAFIA DIGITAL ENGAJADA

A História Pública como prática tem buscado resolver fissuras e encurtar os caminhos entre o que se estuda em História, na academia, o que se aprende e se discute quando falamos sobre História e com historiadores/as. Pensando alcançar outros públicos, que não apenas o público acadêmico, ao mesmo tempo que se sabe que as pessoas, de um modo geral, gostam e se interessam por temas históricos, muitas vezes não se trata de uma História escrita e pensada por historiadores/as. Assim, não quer dizer que o que é consumido se produz na academia ou através dela, por historiadores e historiadoras, como dissertações, teses e artigos acadêmicos. O que quero dizer com isso é que para falar com grande e novos públicos e preciso escrever e se comunicar de um modo atraente e direto, e todas e todos nós precisamos aprender e nos aperfeiçoar neste sentido.

A partir do debate interdisciplinar proposta pela grande área das Humanidades Digitais, a História Pública Digital propõe analisar, a partir do uso das tecnologias como novas perspectivas são possíveis, enfatizando a compreensão sobre como os “historiadores têm detido esforços particulares sobre o lugar do digital na sociedade” (NICODEMO, ROTA, MARINO, 2024, p.9). Ainda a reflexão dos historiadores sobre este campo:

A história digital, no cenário atual, parece não possuir ainda suficiente consolidação para se desgarrar das humanidades digitais, configurando-se como uma disciplina autônoma. Em outras palavras, não basta a utilização de ferramentas digitais para veiculação de uma história pública para justificar a existência de uma história digital. O verdadeiro ponto de inflexão reside no debate teórico, e este ainda é tímido. Entretanto, o fato de historiadores dedicarem-se a refletir sobre os parâmetros norteadores da disciplina em meio às transformações digitais é louvável, além de coerente com o desenvolvimento epistemológico de tradições disciplinares que já reagiram a muitas outras transformações técnicas em seus itinerários. Com efeito, trata-se de uma recomposição de saberes que não lesa o sentido interdisciplinar das humanidades digitais - da mesma forma que fazem outras linhas de estudo, como a sociologia digital e a antropologia do ciberespaço, por exemplo (NICODEMO, ROTA, MARINO, 2024, p.20).

Assim, para além das fontes históricas nascidas ou divulgadas em meios digitais, que são úteis para pesquisar e refletir sobre os ativismos e movimentos digitais, fomentados por movimentos sociais, a importante movimento dos movimentos de mulheres, feministas e o engajamento na web.

As experiências de uma produção compartilhada, permite ampliar o debate para além dos muros da academia, abrindo caminhos de debate e reflexões, especialmente quando se trata de História das Mulheres e das reflexões sobre as opressões e as violências de gênero precisam ser, ao mesmo tempo, combatidas, refletidas e desnaturalizadas. Assim, as experiências de História Pública por historiadoras, ao utilizar as lentes dos estudos de gênero, feministas e os estudos decoloniais, enfatiza que é preciso incentivar pesquisas que além da perspectiva da História Pública, traga temas

como o enfrentamento das violências de gênero, nas relações de afetivo e conjugais, mas também as violências sofridas no âmbito dos aparelhos do Estado, com a ênfase as violências políticas de gênero e as violências cometidas contra estudantes no âmbito das universidades. A professora Cristina Scheibe Wolff ao analisar uma performance feminista publicizada no espaço virtual como a

A internet permitiu que essa performance fosse reproduzida e ressignificada e que emocionasse em lugares e situações diferentes. Nós juntamos iguais e diferentes, a um só tempo, construindo corpos em alianças como propõe Butler (2018), mas não uma aliança como as que vemos reproduzindo a colonialidade, uma aliança cujo protagonismo vem do Sul. (WOLFF, 2024, p. 28).

São a partir da História Pública Digital que se busca analisar estas práticas feministas, as quais pretendem através das fissuras e brechas, encurtar os caminhos entre o que se estuda em História, na academia, o que se aprende e o que se discute quando falamos sobre História e com historiadores/as, principalmente a partir de um olhar feminista e das lentes de gênero. Pensando alcançar um grande ou outros públicos, que não o acadêmico, já é sabido que as pessoas gostam e se interessam por temas históricos, o que não quer dizer que consomem necessariamente aquilo que é produzido dentro da academia, por historiadores e historiadoras, como dissertações, teses e artigos acadêmicos. Se o ofício do/da Historiador/a é uma profissão de tanto prestígio, porque ainda em diversos temas, a História é contada e narradas por outros profissionais, que não nós mesmas?

Essa pergunta pode ser respondida tanto pelo rigor com a escrita e o zelo no uso das fontes, o que é necessário no exercício da profissão de Historiadora, em que ao procurar uma escrita rebuscada e de difícil compreensão, se afastou outros leitores e leitoras. Assim, ao afastarmos outras pessoas para a leitura de nossos textos, estas, que tem o gosto pela História, são capturadas por outros/as profissionais de escrita mais envolvente, que tem uma escrita direta para o público. Desta forma, tanto para dialogar com outros públicos, mas também para se tornar algo mais acessível para todas as pessoas e trazer narrativas plurais para a História, a História Pública tem pensando novas formas, novos meios e caminhos para se tornar acessível, inteligível e prazeroso para todas as pessoas a leitura e o prazer da História.

Antes de problematizar o uso de uma escrita histórica e da divulgação histórica em outras mídias, é importante refletir sobre as possibilidades de criar alianças, utilizando as perspectivas dos Estudos de Gênero e Feministas, entre o fazer acadêmico e os movimentos sociais, através do uso de plataformas e tecnologias digitais. Estas mídias podem ser úteis como fontes históricas, em que se pesquisa e se ensina História, mas também as mídias servem para divulgar e incentivar para que os grandes públicos conheçam e se interessem por aquilo que discutimos na academia, tornando a produção científica mais acessível.

Para isso é preciso destacar novamente as iniciativas federais e estaduais de se promover o estudo e a pesquisa sobre mulheres e feminismos. Embora, não destacar a importâncias dos estudos de Gênero, das relações de poder e das opressões existentes demonstra que atuação de forças conservadoras no âmbito da educação. A educação se transformou em um importante campo de disputas e o que se pode ou não discutir no âmbito da educação, demonstra com os debates sobre gênero e sexualidade continua sendo um espaço de luta. Para ensinar a estabilidade das identidades sexuais e de gênero e bem como de que as famílias são admitidas em uma única forma, da família heterossexual, nuclear e monogâmica, excluindo outras formas de relacionamentos sexuais e afetivos, a Escola continua sendo um espaço de disputa, para que se ensine que existe apenas um modo de existências, que se admite apenas uma identidade que se relacione com seu sexo do nascimento, sendo que identidades trans não são aceitasse respeitadas. Todo este debate que se inicia com os governos de esquerdas e adentram o campo de educação são duramente criticadas pelos representantes da direita, impulsionada pelos debates religiosos, principalmente pelas igrejas cristãs conservadoras e pelas igrejas pentecostais e neopentecostais brasileiras. Para estas correntes conservadoras a escola é um espaço para reconhecer e enaltecer a importância da família nuclear e burguesa. Por isso, não há espaço para outras formas de se amar e de se relacionar e, portanto, as legislações que são aceitas e implementadas, são apenas aquelas que apontam a existência de um protagonismo feminino, mas que defina papéis fixos na sociedade, resguardando para as mulheres e para o feminino o trabalho do cuidado e da reprodução social e da vida.

Assim, como a recente lei Federal citada no início deste artigo⁸, que prioriza o estudo da História das Mulheres, permite que se enfoque a experiência das mulheres, demonstrando que há uma invisibilidade da atuação das mulheres na História e em seus diferentes âmbitos, podemos destacar também a legislação catarinense. Publicada em 2021, a lei 18.226 determinou que o Estudo da História das Mulheres seja uma temática curricular, em escolas públicas e privadas, especificando a importância do protagonismo de mulheres do campo e da cidade, e as narrativa de mulheres negras e indígenas.⁹

As duas legislações enfatizam a invisibilidade das mulheres e suas experiências, as quais precisam destas legislações para enfatizar seus protagonismos. Assim, é preciso enfatizar que as

⁸ A Lei 14.986/2024, que trata da discussão sobre a História das Mulheres nos debates e no currículo das escolas do Brasil, altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB e foi proposta pela senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS).

⁹ No Estado de Santa Catarina, a legislação de número Lei 18.226, de 2021, foi proposta pela Deputada Luciana Carminatti (PT). Para saber mais sobre esta discussão ver o artigo que aborda a legislação do Mato Grosso do Sul (NICHNIG, ESTACHESKI, 2024) que determina o Estudo da História das Mulheres como conteúdo transversal nas escolas daquele Estado, desde 2023.

mulheres precisam falar sobre si mesmas, de suas experiências já que até o presente não momento não puderam falar de suas trajetórias. Quando não falam por si, é possível fazer ecoar suas vozes para enfatizar suas narrativas plurais, em que seus corpos são resistentes e resistem num processo de re-existências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se é através dos pensamentos feministas e decoloniais que na atualidade se enfoca a necessidade da perspectiva de mulheres plurais e o seu protagonismo na História, pois não uma história única das mulheres, é através das mídias digitais e da História Pública que o Laboratório de Estudos de Gênero e História vem buscando alcançar outros públicos. Não se trata apenas de dar visibilidade para a narrativa e a participação das mulheres, o que pode se transformar em uma espécie de armadilha e se restringir a narrativas lineares e singulares, mas pensar que existem narrativas múltiplas de mulheres plurais que experienciam, sentem e se afetam de forma diversa na sociedade.

O que é possível trazer para o debate é que, ao propor uma “Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História” conforme nos atenta a nova legislação em vigor, é que para isso é preciso estar cientes de uma multiplicidade de mulheres e que se considere os marcadores de raça, etnia, classe, religião, sexualidade, deficiência, classe, entre outros. Assim, enfatizar a diversidade como nossa maior riqueza cultural e histórica, sem que escorreguemos nos perigos de se valorizar apenas uma forma de ser mulher na “História”, com apenas uma narrativa, que pode levar a enfatizar mulheres pioneiras ou fundadoras, representantes de uma elite cultural e econômica. É preciso buscar e demandar para que estas mulheres demonstrem a diversidade cultural, étnico-racial e sexual da sociedade. Para isso a utilização de uma História crítica e engajada que seja faz utilizando o uso do digital é uma importante saída para invisibilidades sociais e históricas.

ENTREVISTAS

COELHO, Clair Castilhos. Entrevista concedida a Cláudia Regina Nichnig. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 02/10/2017. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Glenda Lunardi. Revisada por Laura Carvalheira. 21 p.

SANTOS, Maria do Espírito Santo Tavares dos (Santinha). Entrevista concedida a Roselane Neckel. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 14/02/2005. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Soraia Mello. Revisada por Maria Cristina Athayde. 28 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgeiras; MALUF, Sonia Weidner. 2011 *Estudos Feministas*. V. 19, n.3, p. ,2011
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ALVAREZ, Sonia Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. *Estudos Feministas*. V. 11, n. 2, p. 533-540, 2003.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cad. Pagu* [online], n. 43, p.13-56, 2014,
- BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Nélide. Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Edusp, 2017, p. 55-64.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n. 1, p. 12-20, 2011.
- IRE, Binah; SILVA, Janine Gomes da. O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jari; MELLO, Soraia Carolina. *Mulheres de luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Apris, 2020, p. 349-368.
- NICHNIG, Claudia. Feministas latino-americanas: agendas e encontros. Anais Eletrônicos da III Jornadas do LEGH: feminismo e democracia (2018). Florianópolis, UFSC, 20 e 21 de março de 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188285>. Acesso em 12/06/2019.
- NICHNIG, Claudia Regina. Criando laços, fazendo redes: os encontros de articulações a partir de narrativas de feministas brasileiras In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jari; MELLO, Soraia Carolina. *Mulheres de luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Apris, 2020, p. 329-339.
- NICODEMO, Thiago Lima; ROTA, Alesson Ramon; MARINO, Ian Kissil. *Caminhos da História Digital no Brasil*. Vitória/ES: Milfontes, 2022.
- PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 304-307.
- PEDRO, Joana Maria. O feminismo de segunda onda: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p 238-259.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.
- PEDRO, Joana Maria Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978) Rev. Bras. Hist. . 2006, vol.26, n.52 [cited 2019-06-14], pp.249-272.

- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*. v. 9, n. 14, p. 55-69, 2007.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003
- PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 33-51, 2012.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12. n. 2, maio-agosto, p. 35-50, 2004.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ZUCCO, Maise Caroline. *Mulheres, feminismos em Florianópolis e suas relações com outros espaços de poder no território brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2008.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Uma internet em teu caminho: corpo e afetos no feminismo contemporâneo no Brasil. In: WOLFF, Cristina Scheibe; SCHMITT, Elaine. *A internet como campo de disputas de gênero*. Florianópolis/SC: Cultura e Barbárie, 2022, p. 16-29.
- WOLFF, Cristina Scheibe; SCHMITT, Elaine. *A internet como campo de disputas de gênero*. Florianópolis/SC: Cultura e Barbárie, 2022.